

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA LEI 5692/71. Rodrigo Luis de Oliveira, Célia Maria David. – História – História – DECSP – Faculdade de História Direito e Serviço Social – Campus Franca

Faremos primeiramente um breve histórico do percurso da LDB(Lei de diretrizes e Bases)que regula o ensino no Brasil e depois discutiremos especificamente a lei 5692/71.Para isso usaremos da leitura, apreensão e crítica da própria lei e livros citados na bibliografia, embasando toda linha argumentativa e analítica nos fundamentos dados pelos autores, somada à base cultural e de idéias do autor do resumo.

A questão da educação e trabalho é sempre uma discussão importante para o conhecimento da sociedade, e aqui em especial a sociedade brasileira.

Todo governo tem um pensamento econômico, político e social próprio.

Suas decisões, necessidades e transformações marcam suas ações, as quais se refletem nas leis educacionais.

É evidente que se visava à implantação de um sistema de Educação. Com efeito, previam-se normas nacionais, um plano nacional, uma coordenação e fiscalização da execução em âmbito nacional e um colegiado nacional para elaborar o plano e encaminhar a solução dos problemas educativos do país (SAVIANI,2000,p.9).

Com a reabertura política propiciada pela queda do Estado Novo, reorganizaram-se os partidos e foi eleita a Assembléia Constituinte, da qual resultou uma nova Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946. Nesta Carta encontraremos, pela primeira vez, a expressão diretrizes e bases associadas a questão da educação nacional. Com efeito o Artigo quinto, Inciso XV, Alínea d) define como competência da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Desde o final do primeiro ano da nova Constituição um grupo de educadores de várias tendências foi designada, pelo ministro Clemente Mariani, para elaborar uma Lei nacional de educação, e depois de uma longa tramitação pela Câmara Federal, a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi sancionada em 20 de dezembro de 1961.

Do início do texto proposto em 1948 até sua aprovação final em 1961 muitas modificações foram feitas. Gastou-se tempo nas discussões e com o vai e vem de prioridades da Câmara Federal.

Inicia-se uma crescente pressão pelo aumento de vagas nas escolas e no ensino superior.

O golpe militar de 1964 defendia o nacional desenvolvimentismo, e a elite social e política que o apoiou só precisava que se mantivesse a ordem socioeconômica.

Não necessitou-se de uma nova LDB, apenas adequações daquela existente.

Em 1968, o presidente Marechal Costa e Silva, designou um grupo de trabalho para propor as reformas universitárias estipulando um prazo de 30 dias. Após a apresentação do texto, a ele foi imposto vários vetos, depois implantada através de Decreto.

Em 1970, o presidente General Garrastazu Médice, designou um grupo de trabalho para atualizar o ensino fundamental e colegial, com o prazo de 60 dias para apresentarem as propostas.

Chegou-se então a um resultado que foi apresentado e aprovado sem vetos, ele propunha a divisão do ensino entre 1º e 2º Graus, sendo este profissionalizante.

“O primeiro grau para educação geral fundamental, à sondagem vocacional e iniciação para o trabalho, e o segundo grau, com vistas à habilitação profissional de grau médio.”(SAVIANI,2000,p.238)

Vê-se a partir de então nos documentos e relatórios, da época a justificativa para a implantação de tais mudanças.

Razões diversas, relacionadas como desenvolvimento social e com visível enriquecimento da Nação brasileira nos últimos anos, tornam grandemente oportunas as diretrizes emanadas da lei 5.692/71 para a renovação do ensino de 2º grau. A reforma que hora se começa a implantar, sob a inspiração do ministro Jarbas Passarinho, dando ênfase à qualificação para o trabalho, nos termos do Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação, de que foi o relator o eminente Conselheiro Padre José Vieira de Vasconcelos, ensinará o necessário ajustamento da Escola de 2º grau às expectativas da sociedade brasileira em ritmo acelerado de mudança. (Roberto Siqueira Santos, Presidente, do Conselho Federal de Educação IN:BRASIL,1972,9)

O discurso da época fala sobre novos setores de produção, a complexidade que vem se tornando nossa economia e a exigência de mão-de-obra especializada, que só pode ser obtida mediante vários anos de estudo, novos setores de produção. Critica o antigo sistema de ensino considerando-o apenas quantitativo.

No período anterior a toda essa onda de reforma, a expansão da rede escolar não conseguiu atender toda exigência da população, pois o país não tinha recursos humanos e financeiros limitados e nem investia na área. Parte dos que completavam o ensino médio não conseguiam ingressar na universidade.

Supostamente estariam o Grupo de Trabalho e o Estado afim de implementarem uma melhoria na vida dos estudantes que saíssem já profissionalizados do 2º grau, porém podemos notar que há mais preocupações em deter o aluno, do que levá-lo onde antes da reforma ele queria, ou seja, à profissionalização através da universidade.

Ambos (Relatório Meira Matos e Grupo de Trabalho da Reforma Universitária) propugnavam por uma reformulação do ensino médio em consonância com a problemática existente na Universidade. A conexão que tinha em vista estabelecer entre um nível não era a da integração de ambos, mas da reformulação de objetivos do ensino médio com vistas a um desvio de demanda social de escola superior, (ROMANELLI, 1998, p.234).

Todas essas reformas, do ensino de 1º e 2º graus à universidade, não são só decorrências naturais do crescimento demográfico e econômico, elas estão dentro de um contexto maior de formação de um certo tipo de sociedade que tenha hábitos e que se comporte de uma tal maneira.

Está claro nesse momento o papel e o objetivo do Estado em se fazer um concentrador de renda, de adequar a educação e por ela a sociedade a um modo de produtividade e consumo integrantes de um sistema mundial capitalista.

Todo reforma seria para a melhoria da sociedade, guiada pela educação, ponto chave para criação de oportunidades, porém que na verdade serviu mais como um acumulador de expectativas, enquanto que não se assumisse que o problema está na conjugação de vários fatores diferentes, além de mudar a educação seria preciso melhorar o sistema de saúde, de habitação, previdência social, etc. Não é mudando-se apenas a educação que se resolve os outros.

“A educação é tratada pelo Estado, no Brasil, como luz capaz de iluminar toda uma imensa região da vida social deixada sombria pelo desenvolvimento econômico.” (CUNHA, 1980, p.21)

No contexto da lei 5692/71, reflete-se toda uma busca para a solução do problema nacional, faltam trabalhadores qualificados, falta renda para o consumo. E tudo isso esperou-se resolver com a simples reformulação do ensino, mas que não foi acompanhada de recursos nem de compensações em outras áreas básicas sociais.

Atitudes remediáveis, essa foi a saída encontrada no momento, mas que resultou em fracasso.

A situação de descompasso entre recursos para adequação de escolas e a falta de profissionais habilitados, para ministrar as aulas das áreas profissionalizantes, continuou. Com tantos impedimentos para se tornar real tal sistema, a profissionalização universal e compulsória de segundo grau é revogada pela lei 7.044 de 18 de outubro de 1982. A partir daí, a profissionalização não foi excluída, mas perdeu o caráter universal e compulsório de que se revestia a lei 5692/71.

É evidente que a educação é um instrumento chave para a formação do indivíduo, que o ajuda na prática de sua cidadania e o permite crescer como pessoa consciente do seu papel na sociedade. Porém a educação não é capaz de resolver todos os problemas. Se não houver uma estrutura social de direitos e justiça, todas as reformas educacionais serão inúteis.

Bibliografia

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna. 1996.2 edição

BRASIL.Leis, Decretos etc. Habilitações Profissionais no Ensino do 2 Grau. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura. Brasília. 1972

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**.5 ed. Rio de Janeiro: F. Alves. 1980

DEMO, Pedro. **A Nova LDB**: Ranços e Avanços. Campinas, SP: Papirus. 1997

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989

IANNI, Otávio. **Imperialismo e Cultura**. Petrópolis: Vozes. 1976

ROMANELLI, O.**História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1998

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação**. campinas: Autores associados.2000